



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

27/08/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Senado negocia pacto que atinge 1 milhão de credores

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 26/08/2019

Para aprovar reforma da Previdência, pagamento de precatórios deve ser adiado

O Senado prepara uma moratória no pagamento de precatórios com potencial para prejudicar mais de um milhão de credores.

A medida é uma das contrapartidas negociadas pelo governo no chamado pacto federativo para aprovar a reforma da Previdência.

Segundo o acordo costurado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), será prorrogado de 2024 para 2028 o prazo para que estados e os municípios quitam suas dívidas.

Se aprovada, será a sexta moratória que os credores terão que enfrentar.

Precatório é uma ordem de pagamento que o Judiciário emite ao cobrar dívidas dos entes públicos após condenações definitivas. Podem ser alimentares (referentes a salários e aposentadorias) ou de natureza comum, decorrentes de desapropriações de imóveis e tributos.

O Conselho Nacional de Justiça estima que a dívida total em precatórios some R\$ 141 bilhões. A OAB contabiliza em mais de 1 milhão os credores na fila de espera dos pagamentos.

Há casos de pessoas que aguardam pelos depósitos desde os anos 80. Mercado A17

### Julho registra geração de 43,8 mil empregos

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) houve uma geração de empregos no País neste mês de julho. Com isso, o crescimento no número de pessoas empregadas chega ao 4º mês consecutivo. Segundo o órgão, 43.820 vagas de trabalho com carteira assinada foram abertas neste mês, o que caracteriza um crescimento de 0,11% em relação ao estoque de junho. Os dados foram divulgados na sexta-feira (23). O indicador mede a diferença entre contratações e demissões. O saldo positivo em julho deste ano foi resultado de 1.331.189 admissões contra 1.287.369 desligamentos. Em julho de 2018, o resultado foi melhor: com saldo positivo de 47.319. Nos sete meses do ano, foram criados 461.411 postos de trabalho (9.600.447 admissões e 9.139.036 desligamentos). Na comparação com o mesmo período de 2018, houve crescimento de 2,93%. O resultado de janeiro a julho deste ano é o melhor para o período desde 2014 (632.224).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 26/08/2019

### Alíquota da nova CPMF pode aumentar

A equipe econômica do governo estuda um aumento gradual no imposto sobre pagamentos, conhecido como a 'nova CPMF', após sua implementação. A ideia é usá-lo para substituir aos poucos a tributação sobre a folha de pagamentos, considerada pelo Ministério da Economia como um entrave para a geração de empregos do país. O plano discutido atualmente é partir de uma alíquota mais baixa, entre 0,2% e 0,22%, e aumentar a cobrança ao longo dos anos seguintes. O patamar começou a ser discutido recentemente, depois de o percentual visto como ideal pelo governo ter sido alterado mais de uma vez. O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, calculava a necessidade de uma alíquota maior do imposto sobre pagamentos em seu modelo de reforma tributária. Os percentuais em análise variavam entre 0,3% e 0,5% para cada lado da transação (pagador e recebedor). Ou seja, uma operação de R\$ 5.000 recolheria até R\$ 50 de imposto. O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a falar nesta semana que se o imposto sobre pagamentos tiver uma alíquota pequena, "não machuca".

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 26/08/2019

## Governo prepara contrato inédito para aumentar emprego de jovens

O governo federal lançará um modelo de contrato inédito no país para tentar aumentar a chance de emprego de jovens de baixa renda. Na iniciativa, chamada de contrato de impacto social (CIS), uma organização privada será responsável por qualificar 1.000 jovens de forma a que eles consigam trabalho e se mantenham nas vagas por pelo menos quatro meses. A entidade só será paga se um avaliador independente comprovar que as metas foram cumpridas. O objetivo é aumentar a efetividade das políticas públicas, com menor custo para o governo.

Comum em vários países, como Reino Unido, Estados Unidos e Israel, o modelo não deslanchou nas duas vezes em que foi tentado no Brasil. Na última gestão de Geraldo Alckmin, o projeto de um CIS para reduzir a evasão no ensino médio em São Paulo foi abandonado após pressão dos sindicatos, que o consideravam uma forma de privatização da educação. No Ceará, contrato para reduzir a ocupação desnecessária de leitos hospitalares —transferindo doentes crônicos para atendimento domiciliar— aguarda licitação.

Segundo dados do Insper Metricis, que pesquisa desenho, execução e avaliação de programas de impacto social, 330 contratos foram lançados ou estão em fase de elaboração no mundo desde 2009. Do total, 18% tiveram objetivo semelhante ao do Ministério de Economia de Bolsonaro: aumento da empregabilidade.

A consulta pública, encerrada neste mês, estipulava um teto de R\$ 4 milhões. Mas o custo pode ser menor, já que o vencedor —que precisará comprovar ao menos cinco anos de experiência em formação profissional— será o que apresentar menor preço.

Com o pagamento atrelado a resultados, “só as organizações comprometidas, que têm certeza que seu programa é muito bom, vão entrar”, diz Lycia Silva e Lima, coordenadora do FGV EESP Clear, que integra uma rede global voltada ao aperfeiçoamento de políticas públicas. Mas bons candidatos podem ser desencorajados pelo risco mais alto do modelo proposto, segundo Bruno Pantojo, especialista da Sitawi Finanças do Bem, que desenvolve soluções de financiamento para CIS. “É louvável o arrojo do governo de procurar soluções inovadoras, mas o edital está deixando de aproveitar aprendizados das experiências internacionais”, diz.

Os três pontos que elevam o risco, segundo o analista, são a forma “tudo ou nada” do pagamento, a ausência de identificação prévia do público alvo e a falta de definição clara do papel do investidor.

Para medir o resultado, após o curso, serão monitorados por 240 dias tanto os participantes quanto um grupo de faixa etária e características socioeconômicas semelhantes que tenha se candidato ao programa, mas ficado de fora do sorteio por restrição no número de vagas. Será considerado empregado quem mantiver carteira assinada por ao menos 120 dias consecutivos, na mesma empresa, com carga horária mínima de 40 horas semanais.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 25/08/2019

## Deputado questiona privatizar a Telebras

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados vai discutir as implicações da possível privatização da Telebras para a gestão do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas. Em audiência pública no colegiado nesta quinta-feira (22), o deputado Luis Miranda (DEM-DF) questionou a pertinência da privatização da empresa diante dos segredos de Estado que envolvem a questão.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 26/08/2019